Sintunesp
ÓRGÃO INFORMATIVO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES DA UNESP
Nº 113
Dezembro de 2015
GESTÃO 'COMPROMISSO, LEALDADE E PERSEVERANÇA' (2015-2018)

Sintunesp e Adunesp questionam fragilidade dos processos eleitorais na Universidade - *Confira na página 6*

NÃO À DISCRIMINAÇÃO! NÃO SOMOS CIDADÃOS DE SEGUNDA CLASSE! PARIDADE, JÁ!

2016... que seja de lutas e conquistas

Nas páginas 2 e 3, um balanço da data-base deste ano, a conjuntura política e o que vem por aí

Luta pela equiparação continua na ordem do dia
Leia na página 3

Nova diretoria já foi empossada
Página 4

CCIs e auxílio creche: A insensibilidade da reitoria
Página 5

Carreira:
Conselheiros do Chapão no CADE alertam contra ameaça de retrocessos
Página 7

Editorial

Preparando 2016:

A data-base deste ano, a conjuntura política e o que vem por aí

A postura dos reitores na mesa de negociação da data-base 2015 guardou relação direta com nossa forte greve em 2014. Não tiveram coragem de "propor" zero novamente, mas sentiram-se à vontade para parcelar a índice Fipe, ainda que o cenário fosse – e continue sendo – de inflação crescente, o que contribuirá para corroer ainda mais nossos salários. Por outro lado, a disposição que os reitores tiveram em negociar com o F6 neste ano foi diretamente proporcional ao tamanho da nossa mobilização. Por certo, nossa reação foi determinada por um natural refluxo após a longa greve do ano passado, entre outros fatores, que impediram um indicativo de luta mais incisivo para o conjunto das categorias, de forma unificada.

Neste ano, as três universidades viveram novos capítulos na política de desmonte que vem ganhando espaço a cada dia. Em vez de expor publicamente a política do governo, que é a de expandir cursos e vagas sem a contrapartida de recursos, os reitores preferem investir contra as universidades e seu bem mais precioso: seus trabalhadores. Sob a alegação da necessidade de "conter gastos", eles vêm adotando medidas desastrosas que, se não combatidas e revertidas, levarão ao desmonte deste património da sociedade.

É o caso do enxugamento de pessoal (diminuição de funcionários na USP via Programa de Incentivo à Demissão Voluntária – PIDV; não reposição de vagas abertas por aposentadorias, demissões e mortes, entre outras). O descumprimento de acordos celebrados – como a não equiparação entre os funcionários técnico-administrativos, o congelamento das carreiras na Unesp –, bem como a retirada de direitos (corte de vagas nas creches da USP, redução do atendimento na Unesp), o avanço da terceirização, da repressão e do assédio moral sobre os três segmentos, entre outros, também são parte destes ataques.

Manifestação durante a data-base 2015

Crise de financiamento

As medidas que vêm sendo tomadas pelas reitorias, mais acentuadamente a partir de 2014 – como as citadas antes –, longe de retratar uma postura "responsável" dos reitores, comprovam sua incapacidade e desinteresse em lutar efetivamente por mais recursos para as instituições nos últimos anos, período em que houve uma expressiva expansão de cursos e campi sem a contrapartida orçamentária devida.

Agora, quando os discursos de "crise" ecoam, é sobre a comunidade acadêmica que querem jogar a conta, por meio do confisco de direitos, agravamento das condições de trabalho e perspectiva de arrocho salarial.

Mas é preciso que fique muito claro: estamos diante de uma crise de financiamento e não de uma crise financeira. E não somos nós que devemos pagar por ela!

Nunca é demais lembrar que, nos últimos anos, o Fórum das Seis vem cobrando do Cruesp uma postura ativa quanto à necessidade de ampliação dos recursos para as universidades. O índice de 9,57% do ICMS – Quota Parte do Estado, fixado após muita luta em 1995, revela-se insuficiente para manter estas instituições nos patamares exigidos pelo ensino, pesquisa e extensão.

Também é fundamental a defesa de mudança na interpretação que, muito convenientemente, o governo faz do texto do artigo 4° da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). O governo exclui da base de cálculo dos atuais 9,57% o montante destinado aos programas habitacionais e parcelas importantes como as multas e juros de mora do ICMS pago em atraso e outras.

Por conta disso, em 2016 vamos continuar defendendo que o texto da LDO inclua a expressão "total do produto do ICMS", garantindo que a base de cálculo das universidades estaduais seja idêntica à dos municípios.

Pressionados pela força da greve de 2014 e pela fragilidade de sua argumentação sobre "falta de recursos", os reitores tiveram que mudar sua postura. De total omissão diante do problema, adotaram propostas parecidas às do Fórum das Seis e as defenderam, de forma bastante tímida, junto ao governo e à Assembleia Legislativa. É imperioso, no entanto, que assumam uma postura mais ativa sobre isso.

Uma reitoria contra os trabalhadores

Em 2016, será necessário reagir aos ataques feitos às universidades estaduais de conjunto e, também, àqueles desferidos pela reitoria da Unesp, como descrito no início deste editorial.

No ano que se aproxima, vamos prosseguir na luta por recomposição salarial e pelos

Jornal do Sintunesp é uma publicação do Sindicato dos Trabalhadores da Unesp.

Praça da Sé, 108, 2º andar - Centro (SP), Cep: 01001-900. **Fone**: (11) 3105-0645.
Sub-sede Botucatu: (14) 3882-8826. **E-mail:** sintunesp@uol.com.br
Site: www.sintunesp.org.br **Jorn. resp.**: Bahiji Haje (MTb. 19.458).
Tiragem: 2.400 exemplares

Retirada de direitos é a marca da reitoria

Direitos & conquistas	Confiscos
Equiparação: Após uma longa greve dos técnico-administrativos em 2010, a reitoria da Unesp concordou em negociar a equiparação com a USP e Unicamp	Após o início da equiparação, em 2010, poucos avanços ocorreram. Em 2013 e 2014, houve a concessão de uma referência em cada ano. A comparação entre os pisos pagos na USP e na Unesp, por exemplo, mostra que a isonomia e os compromissos assumidos ainda são peça de ficção: **USP** / **Unesp** **Piso nível básico** 2.102,05 / 1.825,87 **Piso nível médio** 3.818,71 / 2.697,64 **Piso nível superior** 7.180,67 / 5.341,15
Carreira: A promoção, por meio do Acompanhamento de Desenvolvimento Profissional (ADP), é um direito.	Por meio da Portaria 130/2015, a reitoria suspendeu a aplicação da promoção a partir de 1/4/2015. Ou seja, a carreira foi congelada. Pela Portaria 128/2015, a reitoria suspendeu a concessão de novas Bolsas Complemento Educacional.
Vale Alimentação: As regras de utilização sempre foram restritas. O benefício é retirado na maior parte das licenças médicas e deixa de ser pago aos dirigentes sindicais que se afastam para exercer seu mandato.	Por meio da Portaria 317, de 31/7/2015, a reitoria "regulamentou" as restrições já existentes e ampliou-as. A partir daí, em vários campi o vale passou a ser retirado dos servidores que participam de reuniões sindicais ou das associações locais. Uma clara atitude intimidatória e antissindical.
CCI e auxílio creche: Ambos os benefícios sempre se estenderam às crianças até cinco anos e 11 meses.	Alegando a necessidade de se adequar à Lei 12.796/13, que torna obrigatório o fornecimento gratuito de Educação Básica pelo Estado dos quatro aos 17 anos, a reitoria da Unesp baixou as portarias 74 e 75, ambas de 13/11/2015, reduzindo o atendimento (tanto no CCI quanto no auxílio creche) para o teto de três anos e 11 meses.

A defasagem continua: Isonomia, já!

itens que compõem nossa Pauta Específica (que passou por um arremedo de negociação em 2015): continuidade da aplicação da equiparação com a Unicamp e a USP; revogação das portarias 128/129/130 (que suspenderam as carreiras de servidores técnico-administrativos e docentes) e da portaria 317 (restrições no vale alimentação); retomada das contratações; paridade nos órgãos colegiados e nas eleições; retirada de processos e cancelamento de punições aplicadas contra os três segmentos; fim da terceirização e das contratações via fundações; contratações somente por concurso público, entre outras.

Em conjunto com as entidades que compõem o Fórum das Seis, temos que lutar não só contra o arrocho salarial – não vamos pagar a conta da crise! – mas também por mais recursos para as universidades estaduais paulistas.

Cenário nacional: *impeachment* e ataque aos trabalhadores

A escalada conservadora nas universidades estaduais paulistas não é fato isolado no cenário, mas sim um de seus desdobramentos.

Em consonância com o atual contexto de crise financeira internacional, a sociedade brasileira encontra-se diante de uma conjuntura política, econômica e social bastante delicada, perpassada por contradições profundas, que, em meio à legítima indignação de parte considerável da população quanto às denúncias de corrupção – envolvendo parlamentares, escalões de governo em todos os níveis e empresas públicas e privadas –, vê o crescimento de iniciativas conservadoras que podem comprometer direitos fundamentais da classe trabalhadora, conquistados a duras penas. É o caso da tramitação de projetos no Congresso Nacional, como o PL 4.330 (ampliação da terceirização), a PEC 395/2014 (que permite às universidades públicas cobrarem taxas e mensalidades de cursos de extensão, pós-graduação lato sensu e mestrados profissionais), do PLC 77/2015 (que estabelece diretrizes privatizantes para o "Código Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação" e outras leis do setor, já aprovado pelo Senado), entre outras.

O governo federal busca solucionar a crise despejando-a nas costas da população pobre, por meio do ajuste fiscal: corte de investimentos nos serviços públicos – educação, saúde, moradia... –, arrocho salarial e nos proventos dos aposentados, entre outros, em vez adotar medidas que questionem as grandes fortunas, os lucros das grandes empresas etc.

Por outro lado, vemos um setor ainda mais conservador da sociedade – basicamente movimentos e partidos da oposição de direita, como o PSDB, o DEM, o PPS e a ala majoritária do PMDB, além de movimentos burgueses organizados, como o "Vem pra rua" e o "Brasil livre" – defendendo o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff. Por certo, seria cômico, não fosse trágico, que o pedido de *impeachment* tenha sido deflagrado pelo presidente da Câmara Federal, o deputado Eduardo Cunha, ilustre representante da escória da política brasileira.

Na realidade, está em curso uma tentativa de golpe político no país, para colocar o poder nas mãos dos setores derrotados nas últimas eleições. A classe dominante considera que estes setores têm mais condições de impor a política burguesa, coisa que o governo petista patina para implantar, dadas as frágeis relações que ainda mantém com os movimentos sociais.

Com a ampliação da crise econômica e da polarização política, é preciso ampliar a resistência dos trabalhadores, com greves e mobilizações, exigindo do governo a adoção de medidas que cobrem a conta dos burgueses!

Para os trabalhadores, a saída é unificar a luta contra o golpe à luta contra os ataques aos direitos da população: nem golpe, nem confisco de direitos!

Neste sentido, o exemplo de luta dos estudantes secundaristas do estado de São Paulo, que derrotaram Alckmin com suas ocupações e manifestações, é inspirador! Sobre isso, leia matéria na página 8.

Nova Diretoria Colegiada do Sintunesp tomou posse em 13/11

Compromisso com a defesa dos trabalhadores e da educação pública

No dia 13/11, em cerimônia realizada no auditório do 7º andar do prédio da Praça da Sé, tomaram posse os membros da nova Diretoria Colegiada e do Conselho Diretor de Base do Sintunesp, eleitos no pleito realizado em 6/10. Eles estarão à frente da direção do Sindicato no período 14/11/2015 a 13/11/2018.

Diretores empossados e convidados

O evento de posse foi conduzido por Jorge Guilherme Cerigatto (FE/Bauru), reeleito para a Coordenadoria de Imprensa e Comunicação do Sintunesp. Ele abriu os trabalhos contando um pouco da história do Sindicato, criado em setembro de 1989, em congresso no campus de Jaboticabal. Falou da relação com as entidades irmãs e com as Associações locais, das origens do "Chapão" e das principais lutas que marcaram a entidade desde então.

"O nascimento do Sintunesp marcou uma nova etapa na organização dos trabalhadores da Unesp", pontuou Jorge, lembrando que, desde então, a entidade está presente em todas as lutas dos servidores, desde as maiores (greves, reivindicações salariais) até as do dia a dia (por melhores condições de trabalho, saúde, segurança etc.), dando-lhes toda a infraestrutura necessária.

Entre os convidados, estavam os professores João da Costa Chaves Júnior (Adunesp/Coordenação do Fórum das Seis) e Paulo Oliveira (Adunicamp), Denise Rykala (do Sinteps, sindicato que representa docentes e técnico-administrativos das ETECs e FATECs), Elizete de Arantes Rodrigues (Assunesp/Marília) e Márcia Aparecida Querido (Assercau/Guará). Todos saudaram os novos dirigentes, ressaltando a importância das lutas conjuntas e do fortalecimento da unidade entre as entidades, para encarar as batalhas que vêm por aí.

Alice da Silva Leite Vieira, de Marília, reeleita para a Diretoria Colegiada, fez um apanhado das principais lutas que marcaram a gestão que se encerra, com destaque para os movimentos pela equiparação e para a grandiosa greve de 2014. Antônio Carlos Homem, de Jaboticabal, também reeleito para a nova gestão, falou dos desafios que devem se colocar à frente do Sindicato nos próximos três anos, especialmente num cenário de crise econômica e da tentativa frequente do governo e dos reitores de descarregar o prejuízo sobre os trabalhadores.

Jorge também agradeceu ao trabalho realizado pelos membros da Comissão Eleitoral, que conduziram todo o processo: José Boneti Júnior (Bauru), Luís Carlos Ferreira Dias (Bauru), José Marcos da Silva (Jaboticabal), Fabrício Maciel de Sousa (Jaboticabal) e Leandro Carlos da Silva (Ilha Solteira).

Finalizando a posse, Alberto de Souza, de Bauru, reeleito para a Coordenadoria Política do Sintunesp, reafirmou os princípios defendidos pela entidade: defesa integral dos interesses da categoria e da universidade pública, gratuita e a serviço da população. "A unidade com as entidades irmãs e o fortalecimento da organização de base da nossa categoria são as ferramentas centrais para termos novas conquistas nos próximos anos."

Alberto de Souza fala durante a posse

A nova Diretoria Colegiada

Coordenadoria Política
T: Alberto de Souza (FC/Bauru)
S: Cláudio R. F. Martins (Sorocaba)

Coordenadoria Administrativa
T: Wagner Alexandre (FO/Araçatuba)
S: Alice da Silva Leite Vieira (FFC/Marília)

Coordenadoria Financeira
T: João Carlos Camargo de Oliveira (IBILCE/SJR Preto)
S: Sidival Antunes de Carvalho (FE/Ilha Solteira)

Coordenadoria de Imprensa e Comunicação
T: Jorge Guilherme Cerigatto (FE/Bauru)
S: Ademir Machado dos Santos (FE/Guaratinguetá)

Coordenadoria de Formação e Cultura
T: Aparecida Saturnino Mesquita Romero (IBILCE/SJR Preto)
S: Edna Maria Kill (FCL/Assis)

Coordenadoria de Saúde e Meio Ambiente
T: Rosana Aparecida Bicudo da Silva (IB/Botucatu)
S: Irene Mendes de Souza (FM/Botucatu)

Coordenadoria Jurídica
T: Antônio Carlos Homem (FCAV/Jaboticabal)
S: Eduardo Jonas do Nascimento (FCL/Araraquara)

Coordenadoria dos Aposentados
T: Thelma Aparecida Gomes (FO/Araraquara)
S: Valdomiro Rodrigues de Souza (FFC/Marília)

Diretores de Base

Assis/FCL: (T) Homero Leite Barros Júnior e (S) José Ap. Giroto

Bauru/FC: (T) Thiago Martins Tozi e (S) Lucas Faria Gonçalves

Guará/FE: (T) João Inácio Pinto Costa e (S) Flávio Domingos

Ourinhos: (T) Patrícia Inague e (S) Ângela Peres Crespo

Rio Claro/IGCE: (T) Tiago José Borguezon e (S) Magalí Leme Falcão

SJC/FO: (T) Beatriz Galvão Nogueira e (S) Débora Cristina dos Santos

SJRP/IBILCE: (T) Valtenir José Ferreira de Souza e (S) Rodrigo Bernardo

Os CCIs, o auxílio criança, a droga da subserviência e a insensibilidade da Reitoria da Unesp

Alguns apontamentos sobre os fatos que culminaram na retirada de direitos da comunidade

No meio deste ano, a comunidade de usuários e os servidores que atuam nos Centros de Convivência Infantil (CCI) da Unesp foram surpreendidos com o anúncio, por parte da reitoria, de profundas mudanças a partir de 2016. De cinco anos e 11 meses, a faixa etária passaria para o teto de três anos e 11 me¬ses. A razão para isso seria a necessidade de uma adequa¬ção à Lei nº 12.796/13, que torna obrigatório o forne¬cimento gratuito de Educação Básica pelo Estado às crianças da faixa etária dos quatro aos 17 anos a partir do próximo ano.

A angústia dos servidores, pais e alunos deu margem a discussões e iniciativas diversas. Após várias manifestações dos representantes do Chapão e de diversos professores, nos colegiados centrais, o tema acabou entrando em pauta na reunião do Conselho Universitário de 22/10/2015. A servidora Aline de Almeida Carneiro, supervisora do CCI do campus de Marília, expôs aos conselheiros os resultados da extensa pesquisa feita pelo Grupo de Trabalho (GT) "Estudo sobre o Centro de Convivência Infantil da Unesp", que havia sido montado na reunião do CO de agosto. Os membros do GT estudaram leis e visitaram outras universidades para embasar o estudo.

Aline destacou que os CCIs da Unesp são concebidos como Educação Infantil, ou seja, parte da Educação Básica. Junto à Secretaria Estadual da Educação, os CCIs estão cadastrados como "Escola Estadual – Outros". Conclusão: não haveria a necessidade de alterar absolutamente nada no atual funcionamento dos CCIs com o advento da Lei nº 12.796/13, seja no aspecto administrativo ou na composição de seu quadro de pessoal. Portanto, a permanência das crianças de 4 a 5 anos nos CCIs seria perfeitamente legal, não demandaria custos adicionais e nenhuma adequação legal.

"Nossa proposta é que os CCIs permaneçam como estão, visto que a Lei nº 12.796/13 veio apenas para organizar os sistemas de ensino, tornando obrigatórias a frequência das crianças na Educação Infantil e a oferta de vagas por parte das escolas", enfatizou Aline. "Em nome dos pais e dos funcionários, peço aos conselheiros que votem em favor da manutenção do atendimento às nossas crianças até os cinco anos e 11 meses, tal qual é feito atualmente, visto que não há qualquer impedimento legal para isso", reforçou.

A extensa e clara argumentação exposta pelo GT não foi capaz de alterar a disposição da reitoria em mutilar o direito de pais e alunos. Colocado o tema em votação, a maioria dos presentes, mais uma vez anestesiados pela droga da subserviência, decidiu reduzir o atendimento nos CCIs.

O produto desta votação materializou-se, pouco tempo depois, na Resolução Unesp-75, de 13/11/2015. Mas, restringir o direito ao atendimento nos CCIs não era tudo. No mesmo dia, 13/11/2015, por meio da Resolução Unesp-74, foi reduzida a faixa etária para recebimento do Auxílio Criança, igualmente para o teto de 3 anos e 11 meses.

Ou seja, ao mesmo tempo em que expulsa as crianças de 4 e 5 anos dos CCIs, obrigando os pais a buscarem vaga na rede pública, a reitoria da Unesp diminui o tempo de vigência do Auxílio Criança, criando uma dificuldade adicional para a busca de alternativas no "contraturno", já que os filhos deixam de ter a garantia de tempo integral oferecido nos CCIs. A informação de que os CCIs poderiam receber as crianças no "contraturno", pelas primeiras informações recebidas pelo Sintunesp, inclusive, não está se confirmando.

É lamentável que a reitoria da Unesp aja com tamanha insensibilidade diante de direitos tão caros à comunidade unespiana. A economia de dinheiro que advirá destas medidas justifica esse ataque aos servidores, pais e filhos?

Para conferir a íntegra das resoluções, acesse o *site* do Sindicato (www.sintunesp,org,br), na seção "**Publicações**" – "**Boletins**" – "**Boletim Sintunesp - Sobre os CCIs - 30/11/2015**".

Sinal de alerta no CO de 10/12

Reitoria informa interesse do Estado em "assumir" aposentadorias

Na última reunião do Conselho Universitário neste ano, em 10/12, o reitor Julio Cezar Durigan informou que o Estado sinalizou com a possibilidade de assumir a folha de aposentados das universidades, por meio do SPPrev, "sem ônus" para as instituições.

A declaração fez acender sinal de alerta nos representantes do "Chapão". Atualmente, pelo fato de estarem sob as asas das universidades, as aposentadorias recebem os mesmos reajustes conferidos aos salários da ativa. Na "vala comum" da SPPrev, sem vínculo com as universidades, o que pode acontecer?

Será que as reitorias da Unesp, Unicamp e USP farão acordos de bastidores para prejudicar os aposentados das universidades?

Férias dos celetistas

O pró-reitor de Administração, Carlos Antonio Gamero, falou sobre as férias dos celetistas. De acordo com o previsto na CLT, o funcionário deve receber as férias em até dois dias antes de gozá-las. No entanto, alegando "problemas operacionais", a Unesp decidiu que os celetistas só podem tirar férias a partir do sexto dia útil de cada mês, pois a reitoria não tem como fazer uma folha suplementar para atendê-los. Frente à insatisfação destes servidores, Gamero sinalizou que, a partir de maio/2016, a Unesp passará a ter duas folhas, uma no quinto dia útil e outra no dia 20, o que solucionará definitivamente o problema.

Mobilidade

Representantes do "Chapão" cobraram novamente a solução para os concursos de mobilidade ainda pendentes. O reitor Durigan limitou-se a dizer que a solução virá em janeiro. O Sintunesp já vem obtendo vitórias na justiça nesse tema. Esperamos que a novela termine em breve!

Direitos

Eleições aos colegiados centrais

Adunesp e Sintunesp questionaram fragilidade do processo e apresentaram propostas à Reitoria

Quando as eleições aos órgãos colegiados centrais da Unesp aproximavam-se do seu término, no final da tarde de 7/12/2015, último dia do processo iniciado em 1º/12, a comunidade foi surpreendida com o anúncio da suspensão da votação. No comunicado veiculado pela lista de e-mails da reitoria, foram alegadas "razões técnicas apresentadas pela Assessoria de Informática".

Novo comunicado oficial, na manhã do dia 8/12, trouxe as justificativas da Assessoria de Informática. Segundo Edson Luiz França Senne, assessor chefe de Informática, o problema teve início em 23/11, quando foram feitas "adequações no código do sistema" para atender a votações com múltiplas cédulas. No dia 4/12, teria sido detectada a possibilidade de que estas adequações podem levar a uma "contabilização incorreta de votos em branco" no caso das votações com múltiplas cédulas após 23/11.

Ainda segundo Senne, "a versão atual do sistema já contempla as correções necessárias e que o sistema EVOTO" está novamente apto a processar votações eletrônicas.

Processo frágil, explicações inconsistentes

Falta clareza nas explicações sobre a suspensão da atual votação, nos últimos instantes do processo. O fato lança mais incertezas sobre o mecanismo eletrônico na Universidade. Em momentos anteriores, a Adunesp e o Sintunesp tornaram públicas suas dúvidas sobre ausência de transparência do processo. O sistema atual não conta com materialidade, ou seja, não há nada que comprove a votação em caso de dúvida. O processo atual não permite auditagem nos votos e/ou quaisquer eventuais recursos.

A Adunesp e o Sintunesp divulgaram propostas, inclusive na reunião do Conselho Universitário (CO) de 10/12/2015, sugerindo as seguintes alterações:

- O estabelecimento de urnas eletrônicas físicas, nas quais o eleitor imprima o seu voto e o deposite numa urna lacrada. Isso permitirá a realização de auditagens, se necessário. Em caso de recurso, os votos poderão ser conferidos.

- Estabelecimento de comissões eleitorais (central e locais) a cada eleição convocada pela Universidade. Tais comissões poderão ser indicadas pelos colegiados (centrais e locais). No modelo atual, toda e qualquer decisão (como a atual suspensão da votação) cabe unicamente à Secretaria Geral da Unesp.

Tais mudanças, embora possam trazer mais trabalho na realização das eleições, são necessárias para conferir confiança, lisura e respeito aos processos eleitorais na Universidade. A democracia pressupõe participação!

Os representantes do "Chapão Sintunesp/Associações" também propuseram, durante a reunião do CO, que fosse definida nova data para a votação e que já se deliberasse pela formação das comissões eleitorais. O reitor Julio Cezar Durigan não concordou e disse que a medida pode ser discutida futuramente, culminando com uma portaria que estabeleça as comissões. Foi lembrado pelos representantes do "Chapão" que já existe uma resolução Unesp sobre isso (nº 35/2011), que prevê, em seu artigo 9º, item III:

III - as eleições serão realizadas na Reitoria, nas Unidades Universitárias, nas Unidades Complementares e nas Unidades dos Campi Experimentais, e serão coordenadas, em todas as suas fases, por Comissões Eleitorais designadas pelo respectivo dirigente.

Vigilância e Recepção

Nova portaria é produto da mobilização do segmento

Após muitos meses de discussão – envolvendo o Sintunesp, trabalhadores do setor, gestores de unidades, órgãos colegiados e reitoria – finalmente houve uma definição para os problemas enfrentados pelos vigilantes da Unesp quanto às escalas de trabalho. Já há tempos eles vinham reivindicando escalas que permitam conciliar uma melhor qualidade de vida no trabalho para os vigilantes, ao mesmo tempo em que as necessidades dos campi sejam atendidas.

A publicação da Portaria Unesp 515, de 13/11/2015, ao que tudo indica, pode ser a ferramenta legal necessária para melhorar a situação destes trabalhadores.

Para conferir a íntegra da portaria, acesse o *site* do Sindicato (www.sintunesp,org,br), na seção "**Publicações**" – "**Boletins**" – "**Boletim Sintunesp - Vigilantes - 26/11/2015**".

Se houver dificuldades na interpretação ou aplicação das medidas em sua unidade, contate o Sintunesp.

Divulgação dos resultados

Nova votação foi marcada para o período de 11 a 17/12/2015. A apuração inicia-se no dia 18, mas a Secretaria Geral tem até o dia 12/1 para divulgar os resultados.

A expectativa é pela eleição de todos os candidatos do "Chapão Sintunesp/Associações".

Apresentação do GT Carreira foi discussão central do CADE em 18/11

Conselheiros alertam servidores para importância do debate. Não devemos aceitar retrocessos

Os representantes do "Chapão Sintunesp/Associações" elaboraram um relato dos principais pontos discutidos na última reunião do Conselho de Administração e Desenvolvimento (CADE) neste ano, realizada no dia 18/11. A carreira dos técnico-administrativos ocupou a maior parte do tempo.

O Grupo de Trabalho (GT) instituído pelo CADE para estudo do Plano de Carreira dos Servidores Técnicos e Administrativos da Unesp fez uma apresentação durante a reunião. Ao contrário do que os representantes dos servidores esperavam, o item não entrou na "Ordem do dia", para deliberação, mas somente como apresentação.

Consultado logo no início sobre essa questão, o professor Carlos Antonio Gamero, presidente do CADE, disse que o objetivo ali era apenas conhecer os trabalhos feitos pelo GT e que uma maior discussão e deliberação ocorreriam na próxima reunião presencial do órgão, em 17/2/2016. Ele também ressaltou sua preocupação quanto à situação orçamentária da Universidade, e por isso informou que trará o assessor Rogério Buccelli para fazer os esclarecimentos quanto aos impactos financeiros das propostas.

Os representantes dos servidores entendem que, se o assunto for deliberado na reunião de 17/02/2016, há tempo suficiente para que a carreira seja restabelecida a partir de abril do próximo ano.

Os representantes do Chapão destacam a grande importância de a comunidade ler com atenção os pontos debatidos, estudar os temas, manifestar suas opiniões aos conselheiros, especialmente enviando argumentos em defesa de nossa carreira, para que assim possamos estar bem preparados para a reunião de fevereiro/2016, quando o tema será deliberado.

A conclusão dos representantes do "Chapão" é que a não deliberação de nenhum ponto na presente reunião acabou sendo positiva, pois o CADE mostrou-se favorável à implantação das medidas tal qual apresentadas pelo GT, o que seria um enorme retrocesso para a categoria dos técnico-administrativos.

O Sintunesp publicou boletim especial detalhando os pontos que foram discutidos pelos conselheiros no CADE, especialmente pelos servidores técnico-administrativos, que discordam da forma como foram apresentados.

Para conferir, acesse o *site* do Sindicato (www.sintunesp,org,br), na seção "**Publicações**" – "**Boletins**" – "**Boletim Sintunesp – Relato do CADE – 30/11/2015**".

Curtas do CADE

Curtas do CADE

Os representantes do "Chapão Sintunesp/Associações" elaboraram um relato dos principais pontos discutidos na última reunião do Conselho de Administração e Desenvolvimento (CADE) deste ano, realizada no dia 18/11/2015. Confira a seguir:

Treinamentos – Os representantes do "Chapão" criticaram o plano de treinamentos para 2016 que, em sua maior parte, é restrito apenas aos gestores, deixando de lado o restante dos servidores. Houve também a solicitação da divulgação do material apresentado, com a previsão de cursos para o ano de 2016 para o restante da comunidade.

Formulário levantamento de riscos no trabalho (Insalubridade) – Os representantes do "Chapão" criticaram a maneira como estão sendo conduzidos os trabalhos para o levantamento de riscos no trabalho e posterior revisão das insalubridades na Universidade. E alguns campi, está sendo distribuído um "Formulário para Reconhecimento dos Riscos Ambientais do Trabalho", com o timbre da Pró-Reitoria de Administração. Dentre as diversas perguntas realizadas no formulário, há questões relacionadas a "radiações não ionizantes", por exemplo. Será que todos os servidores têm condições de avaliar se são expostos a "radiações não ionizantes", ou seja, se prestam seus serviços expostos ao sol? Sem conhecer esses termos, é possível responder a estas questões? Isso põe em dúvida o levantamento que está sendo efetuado na Universidade.

Condições de trabalho no HC de Botucatu– Mais uma vez, os representantes do "Chapão" registraram o que vem acontecendo no HC de Botucatu. Estão faltando materiais, utensílios, medicamentos etc. Mesma situação que tem se estendido durante todo o ano de 2015. Condições precárias. O Prof. Paschoal, Diretor da FM de Botucatu e membro do CADE, ressaltou que há uma forte crise financeira no hospital, havendo muitas dificuldades para o trabalho. Faltam, para o fechamento do ano, R$ 24 milhões (repasse do governo estadual que não tem sido realizado), havendo dificuldades para honrar pagamentos até de contas de água. Segundo ele, estão sendo realizadas negociações para solucionar o problema.

O item 'Custeio' do orçamento do Hospital atravessa um momento muito difícil. Foi dito pelo presidente do CADE, Prof. Gamero, que se o hospital ainda estivesse atrelado ao orçamento da Unesp, certamente estaria em situação pior, pois hoje consome cerca de R$ 100 milhões de recursos, ao passo que este valor era de R$ 50 milhões quando estava ligado à Unesp. Ficou uma dúvida neste momento: Isso foi há quantos atrás? Não haveria atualização destes valores no decorrer dos anos?

AJ da Unesp – Tem se tornado um costume na comunidade o comentário de que, quando se faz uma consulta à AJ, o tempo de espera é grande. Qual é a razão destas demoras? Foi solicitada uma apresentação à AJ, com um relatório dos trabalhos que têm sido realizados, as razões para a demora das consultas e procedimentos, quantas sindicâncias existem atualmente, prazo para conclusão das ações, além de um levantamento do quadro de servidores que prestam serviços para avaliarmos se está defasado.

Conjuntura

É assim que se faz!

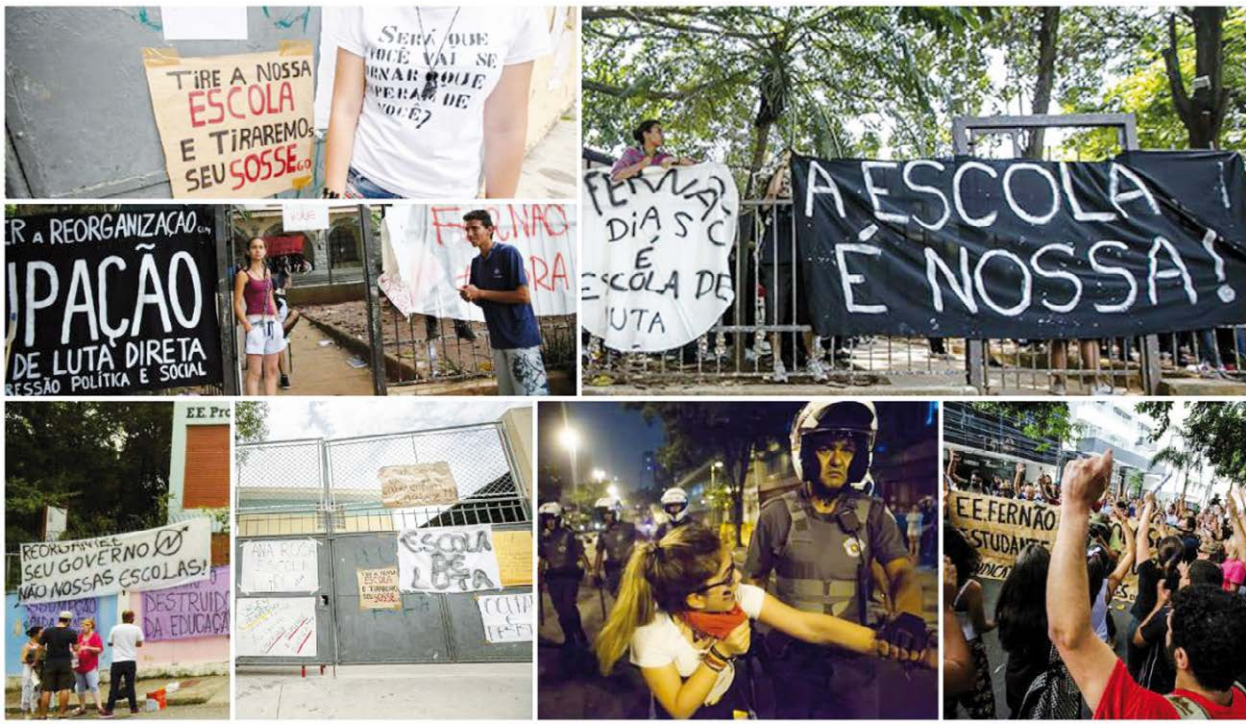
Luta dos estudantes derrota a "reestruturação"

"Todas as matrículas voltam ao estágio inicial, os estudantes continuarão na mesma escola, em processo que será feito automaticamente, sem a necessidade de solicitação por parte dos responsáveis".

Este é o trecho do comunicado emitido pelo governador Geraldo Alckmin no dia 4/12, pouco após de uma nova jornada de manifestações em todo o estado, com direito a bombas de gás e agressões a estudantes no centro de São Paulo. Com o comunicado, que seria publicado no Diário Oficial do dia seguinte (Decreto 61.691), Alckmin suspendeu a reorganização do ensino estadual paulista.

A reação dos estudantes foi espetacular, com cerca de 200 ocupações de escolas e manifestações quase diárias. Em apoio a eles, o Ministério Público e a Defensoria Pública de São Paulo já haviam entrado com uma ação civil pública para interromper a reorganização, cobrando do governo que organizasse discussões com a sociedade sobre as mudanças.

Ao que tudo indica, a gota d'água que levou Alckmin a recuar foi a pesquisa do Datafolha divulgada na manhã de 4/12, sobre a queda de popularidade do governador, classificado por 30% dos paulistas como ruim ou péssimo. A derrota do governo levou o secretário da Educação e ex-reitor da Unesp, Hermann Voorwald, a renunciar.



Os estudantes prometem manter a mobilização, de olho em qualquer tentativa do governo de retomar a "reestruturação" sem antes debatê-la efetivamente com a comunidade.